

# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO CEARÁ: ANCESTRALIDADE, INTERCULTURALIDADE E RESISTÊNCIA ÉTNICAS DOS KANINDÉ DE ARATUBA-CE E DOS PYTAGUARY DE PACATUBA-CE.

Autor: Francisco Wallison Batista de Lima; <sup>1</sup>Orientador: Roberto Kennedy Gomes Franco<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA-UNILAB

*Wallisonbatistalima outlook.com*

## RESUMO.

O presente trabalho intenciona um estudo comparado acerca da educação escolar diferenciada para os povos indígenas no Ceará, buscando compreender a temática a partir das perspectivas dos docentes que são peças fundamentais para a compreensão das dimensões dentro da escola como fora dela, no Resgate das raízes indígenas pedidas no processo de colonização, o princípio central exposto pelo os parâmetros curriculares para a educação diferenciada para a população indígena no Brasil, porém tentaremos observa as dificuldades encontradas, para a execução dessa proposta de educação, a parti de uma análise de conjuntura para a compreensão do processo de formação dessa educação escolar indígena diferenciada na escola Ita-Ara do povo Pytaguary na cidade de Pacatuba/CE a Escola Francisco Manuel dos Santos do Kanindé na cidade Aratuba/CE, e assim encontrarmos as um resultado favorável para a compreensão da realidade da escola indígena em sua essência, observaremos a educação indígena preza pela vivência cotidiana dos povos nas aldeias em contato com a natureza e a identidade do seu povo a qual pertence, uma ancestralidade que é latente na construção e afirmação da mesmas para as novas gerações em vemos a escola uma perspectiva de escola tradicional voltada para a burocracia estatal, na qual não permite o movimento cultural e de identidade que se transforma todos os dias, com as trocas das antigas gerações com as novas e principalmente com essa sociedade globalizada, causando dessa forma entrave no evolução da consolidação dessa proposta de educação diferenciada.

**Palavras Chaves.** Educação, Identidade, Interculturalidade, Ancestralidade, Escola.

## INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA IMPLÍCITA E OBJETIVOS).

Neste trabalho, faremos uma análise de conjuntura para a compreensão do processo de formação da educação escolar indígena diferenciada nas escolas indígenas de PACATUBA-CE e ARATUBA-CE, e chegarmos a um denominador sobre a realidade enfrentada a partir das perspectivas dos docentes das instituições, que tem que lidar com um procedimento de uma escola

<sup>1</sup> Graduando da universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira-UNILAB, Curso: Bacharelado em Humanidades.

<sup>2</sup> Professor adjunto da universidade da Integração da lusofonia afro-brasileira-UNILAB, no Instituto de Humanidades e letras.

tradicional, mais em contra partida a existe da vivência cotidiana dos povos nas aldeias em contato com a natureza e com a ancestralidade, identificarmos a dialética existente entre o moderno x ancestralidade que precisamos aprofundar nas discursões.

Análisisando todo o percurso histórico, nossa proposta é examinarmos as narrativas do trabalho educativo desenvolvido pelos docentes das escolas indígenas para assim problematizarmos as contradições entre os pressupostos traçados pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), pois a partir da criação das primeiras escolas no Brasil na década de 90, a proposta não era reconstruir a identidade indígena perante a sociedade e sim dar continuidade ao processo do colonizador em tornar os indígenas cidadãos brasileiros e civilizados, fundamentados na assimilação da língua portuguesa e a implantação do sistema educacional que tinha como bases curriculares o cristianismo, e não se preocupam realmente em ser uma educação que atendesse as demandas das comunidades.

Entenderemos que, o processo de construção dessa identidade negada se construiu a partir de um árduo processo de colonização que subjugou esses sujeitos ao status de inferioridade em todos os âmbitos da sociedade, não reconhecendo que os mesmos já vivenciavam em uma sociedade, uma organização social antes da sua chegada, não respeitando todo um processo de identidade construída ao longo de vivências de sua história de vida, que fora fundamentadas em outras perspectivas de olha para a sociedade e principalmente para o mundo na qual habitavam já as ideologias colonizadoras prezaram pelo massacre cultura e histórico, inferiorizarão os indígenas como forma de dominação, praticando genocídio, etnocídio em nome da fé e da exploração econômica das riquezas que na terra havia.

Foram-lhes tirados tudo, como as terras, impuseram vestimentas, obrigaram os mesmos a assimilarem sua cultura, seus objetos, seus símbolos de civilizados, e fundamentalmente cristianizaram em nome da salvação de suas almas e da ideia de civilizado, tentaremos levantar ao longo desse texto o processo histórico da formação da história da educação indígena no Brasil, como no período colonial e pós-colonial para assim compreendermos educação indígena como um lugar de ancestralidade e interculturalidade como também darmos evidência desse percurso educativo como lugar de resistência étnica e cultural, que foram forçadamente tomados dos mesmos pelo o sistema colonial português.

Nessa perspectiva buscaremos destacar o grau de importância para a educação escolar diferenciada para os indígenas, como forma de resgate de suas raízes e identidade, e também as políticas públicas voltadas para a promoção de formação de professores qualificados para atuarem

nessas instituições, como a criação de currículos pedagógicos que atenda as demandas dos indígenas e principalmente que respeite a lei das diretrizes nacional para educação escolar indígena, que descreve grandes avanços na real função da educação escolar nas aldeias indígenas no Brasil.

## **METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO (PODENDO INSERIR TABELAS, GRÁFICOS OU FIGURAS).**

Utilizaremos o método de observação participante para encontrarmos as informações que precisamos através de entrevistas, revisão bibliográfica, e também do método qualitativo, pois essas informações para serem colocadas precisam-se de uma aproximação dessas comunidades, e isso não é fácil pelas especulações levantadas pelos os mesmos, em relação a muitos pesquisadores que procuram apenas conteúdos para as suas pesquisas não tendo nenhum interesse realmente em contribuir para a luta de direitos e de conquistas para os povos.

Apartir da metodologia escolhida que será revisão bibliográfica na qual objetivamos um resgate histórico dos povos indígenas no Brasil e no Ceará perpassando especificamente pelo os Pytaguary de PACATUBA-CE e os kanindé de ARATUBA-CE que serão as duas aldeias estudadas, pois com isso entenderemos o percurso histórico desses povos, para compreendermos os acontecimentos passados e os atuais, como por exemplo, as seguintes questões, Quais suas origens? Como chegaram? E como está hoje sua localização no estado do Ceará, analisaremos o processo de demarcação dos territórios indígenas no Ceará, como também do significado da escola indígena para os mesmos.

Em um segundo momento, iremos a campo no qual entrevistaremos algumas pessoas como os professores, diretores, coordenadores das referidas escolas, participaremos na medida do possível da vivência e do cotidiano da escola, para sentirmos as dificuldades enfrentadas pelos os mesmos, fazendo observação participante para reunir maior quantidade de informações possível para nos respalda na pesquisa.

O método a ser utilizado será o qualitativo e o quantitativo, pois com este conseguiremos reunir mais informações e também pensando na qualidade das mesmas como fonte para entendermos a problemática e trilhar um caminho que seja possível dialogar com a realidade vivenciada pelos povos indígenas no âmbito da aldeia dos Pytaguary como na dos Kanindé a

relação existente na macroestrutura da luta indígena no Brasil e a microestrutura de lutas nas escolas para a efetivação de seus direitos.

É nessa perspectiva que o trabalho se desenvolverá com a proposta de contribuir com a desmistificação da ausência do índio no Ceará e também informar como estão sendo levadas às questões da educação escolar indígena no nosso estado, as dificuldades da implantação das políticas públicas voltadas para esses povos, buscamos dar visibilidade a luta histórica desses sujeitos, que mesmo diante de todo o massacre praticado contra suas culturas não se rediram a opressão do colonizador, por isso é de extrema importância avançarmos nesta temática e a anunciamos a sociedade.

### **Educação indígena Colonial**

Por volta de 1500 no século XV, os portugueses chegam à nova terra que mais tarde seria denominada Brasil, trazendo a expectativa de uma expansão de capital e territorial, mais ao chegarem nessas terras desconhecidas inexploradas, encontraram selvagens bárbaros que os mesmos chamaram de índios, seres esses que foram privados de sua própria condição de humanos, e que foram submetidos a inúmeras crueldades em nome da ganancia econômica e da fé.

Os colonizadores investiram fortemente numa suposta civilização para os nativos, entre muitas estratégias utilizadas às missões foi o meio encontrado pelos os exploradores para integrar essas populações selvagens a um comportamento de civilizado, na foto ao lado podemos analisar as expedições realizadas pelo os jesuítas que tinham por objetivo tornam esses serem que não tinham almas em seres humanos civilizados, nesse momento especialmente inicia o movimento educativo para os indígenas, liderado pelos portugueses e a igreja católica, em prol de uma suposta salvação, mais a verdadeira intenção, era domesticação desses indivíduos.

Observamos na imagem as primeiras expedições jesuítas nas terras brasileiras, objetivando cristianizar os nativos para a melhor implantação do sistema de exploração dos nativos, observamos na imagem que os índios foram seduzidos pelos missionários, pois os mesmos tinha a imaginação que mesmos poderia trazer para eles riquezas e civilização.



<http://www.brasilecola.com/historiab/brasil-colonia.htm>

Essa educação catequizadora sempre oprimiu os povos indígenas, pois a mesma tinha o objetivo de destruir tudo que remetesse a sua cultura, os massacravam fazendo com que abandonassem seus rituais, suas terras, e principalmente sua identidade enquanto índio, levando-os ao sentimento de inferioridade e de inutilidade, ou seja, essa educação forjava uma nova identidade para esses sujeitos, eram obrigados a adorarem os deuses impostos pela igreja, a aprenderem a língua portuguesa, a se vestirem como um europeu, a comerem aquilo que eles comiam, uma educação que não era voluntária, espontânea, mais pelo contrario era forçada obrigada, que nenhum benefício deixou para as populações indianas do Brasil.

Sobre a categoria educação para os índios. Silva (1997) nos esclarece que esse modelo de educação busca implantar novos hábitos, suprimindo as tradicionais formas de organização social dos povos indígenas. A autora nos confirma que A escola entrou como um corpo estranho. A escola entra e se apossa da comunidade. E não a comunidade que é seu dono (SILVIA, 1997, P- 51) prossegue afirmando que a problemática indígena teve inicio com a chegada dos portugueses e a implantação do projeto de educação dos Jesuítas junto aos indígenas, visando catequiza-los, e transforma-los em mão-de-obra disponível para as missões e também a mão-de-obra escrava. Como também nos afirma Edison Machado.

A educação catequizadora e integradora levada a cabo pela igreja e pelo Estado juntos aos povos indígenas utilizou frequentemente os argumentos da defesa dos

indígenas e da implantação da cidadania junto a eles, no entanto, uma análise mais detida evidencia que tais projetos educacionais promovam o desrespeito à diversidade e autonomia dos povos indígenas. (Edison Machado, A Educação Karipuna do Amapá no Contexto da Educação Escolar Indígena Diferenciada na Aldeia do Espírito Santo, P-70)

Conforme Ribeiro a primeira expedição do projeto de catequese dos indígenas chegou às terras brasileiras por volta de 1549, enviada por D. João III, liderada pelo governador-geral Tomas de Sousa, era composta por oito missionários, os indígenas os receberam como pajé todo-poderoso, que lhes proporcionaria fortuna e bem está os povos indígenas resistiram arduamente ao projeto jesuíta, pois queriam resguarda sua identidade, sua cultura, mais no fim o preço pago por todo esse sistema armado foi à imposição de uma nova língua, incorporação de novos hábitos, agora baseados na doutrina cristã, pois utilizaram a mesma para recrutar os próprios índios para serem missionários em tribos indígenas ao longo de todo o território brasileiro.

Foram usadas inúmeras estratégias para impor a nova ordem estabelecida pelos colonos, nem que para isso fosse preciso à utilização da força física, como foi utilizada em muitas etnias que não se renderam a quebra do seu hábito em assimilação dos hábitos europeus, milhares de índios foram exilados completamente, o genocídio e etnocídio foram ferramentas que tiveram grande impacto na consolidação da proposta de integração dos nativos a sociedade brasileira.

O termo genocídio e etnocídio surgiram para designar a morte física de um povo, quando pesquisadores historiadores, antropólogos, arqueólogos entre outros começaram a questionar uma denominação para as arbitrariedades cometidas pelos colonos em relação aos indígenas não apenas aos índios americanos, como também os negros do continente africano que foram arbitrariamente explorados pela Europa e milhares foram mortos, isso significava também a tentativa de extinguir essa raça.

Na prática o genocídio se concretizou na dificuldade dos portugueses se relacionarem com os nativos, pois o primeiro contato houve resistência por parte dos nativos, e a forma mais rápida encontrada pelos colonizadores foi o extermínio físico destas populações indígenas, ou seja, mataram milhares de índios e ocuparam suas terras, a visão dos mesmos não era apenas explorar as riquezas e voltarem a Europa mais permanecer e sugar tudo de bom que aquela terra pudesse oferecer por isso o método utilizado seria bem mais eficiente, pois possibilitaria a criação de um campo de extração de riquezas que eram exportadas para a metrópole Portugal.

O etnocídio se caracteriza também no âmbito da exploração colonial, mas com outra finalidade em relação ao genocídio, pois este se desenvolve aparte da extinção cultural de povos, o

processo de assimilação foi tão intenso que os indígenas que conseguiram sobreviver aos massacres físicos não tiveram como escapar da assimilação.

Nessa perspectiva, a educação chegou destruindo as formas de organização, impondo novas regras e novos hábitos, forjando uma nova identidade para essas comunidades, tirando da comunidade o protagonismo dos feitos a tornando-a mero instrumento maleável em prol da mão-de-obra escrava, e da riqueza econômica da Europa, e contra partida a dominação dos povos indígenas no Brasil.

## Educação Escolar Indígena

Em 1980 a educação indígena no Brasil passou por grandes mudanças, pois os mesmos conquistaram o direito a uma educação escolar diferenciada na qual tinha por objetivo resgatar suas memórias ancestrais, sua cultura e a língua, essa proposta objetiva ser uma transmissão de conhecimento passa para o presente, onde teria a institucionalização através da escola e também por meio de conteúdos sistemáticos para serem repassadas em sala de aula, as imagens abaixo são as escolas indígenas pesquisadas por esse trabalho, Escola indígena Ita-Ara localizada no município de PACATUBA/CE na região Metropolitana de Fortaleza, da etnia dos Pytaguary, e a outra Francisco Manuel dos Santos Localizado no Maciço de Baturité no município de ARATUBA/CE do povo Kanindé.



com a resistência de sua identidade indígena, intercultural porque vivencie diferentes culturas e etnias num mesmo território, portanto percebe-se a importância da consolidação dessa educação que atendesse a autonomia e principalmente que levantasse a bandeira do respeito aos povos indígenas e suas organizações

Arquivo pessoal

sociais e religiosas, e fundamentalmente sua forma de ser e de si sentir índio independente do seu exterior.

A constituição Federal garantiu às comunidades indígenas o direito de uma educação escolar diferenciada e a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, pois a partir da constituição 1988 os índios deixaram de serem considerados como uma categoria social em extinção, e passaram a ser considerados como grupos étnicos diferenciados com direitos de manter suas tradições religiosas, organizações sociais e línguas próprias

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu aos povos indígenas a oferta de educação escolar intercultural e bilíngue.

A Resolução n.º 3, de 10/11/1999, do Conselho Nacional de Educação, que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, define como elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

- I. Sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos.
- II. Exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;
- III. O ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;
- IV. A organização escolar própria. (art. 2º).

O art. 3º determina que na organização de escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

- I. suas estruturas sociais suas práticas socioculturais e religiosas;
- II. Suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem;
- III. Suas atividades econômicas;

A formulação do projeto pedagógico da escola indígena deverá considerar:

- I. As Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da educação básica;
- II. As características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade;
- III. As realidades sociolinguísticas, em cada situação;

IV. Os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena;

V. A participação da respectiva comunidade ou povo indígena. (art. 5º).

Contudo observamos que a consolidação dessa proposta de educação diferenciada ainda está longe de ser alcançada, pois tratar a escola indígena como fronteiras entre culturas e lugar de interculturalidade e ancestralidade em um País onde historicamente se desenvolveu políticas de domesticação desses povos sem qualquer respeito a suas peculiaridades culturais de identidade se torna uma tarefa árdua, principalmente em um Estado onde não se efetiva na sua concretude suas decisões institucionais levando assim as questões a um processo demora e infinito de solução, ou seja, as realidades das escolas indígenas se tornam preocupante, pois as leis são ignoradas em todas as suas instâncias municipais, estaduais e federais, e a educação indígena sendo empurrada lentamente para esquecimento e precariedade.

As contradições são latentes acerca da falta de responsabilidade no cumprimento da lei, por que a mesma garante às escolas indígenas a formação continuada de indígenas para atuarem nas instituições como está descrito no 1º paragrafo ar. 20 RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 JUNHO DE 2012 do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO que diz: Formar indígenas para serem professores e gestores das escolas indígenas deve ser uma das prioridades dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, visando consolidar a Educação Escolar Indígena como um compromisso público do Estado Brasileiro.

Durante o período de estudo da temática, tivemos a oportunidade de nos aproximarmos dessas comunidades e observamos que o problema é bem mais grave do pensávamos, pois a maioria dos professores que atuam nas escolas pesquisadas não tem uma formação superior, nem uma preparação adequada sobre a cultura do povo onde as escolas estão instaladas, o quadro de docente é diverso entre essa variação também encontramos pessoas não indígenas atuando nas instituições, cerca de 90% do quadro docente das escolas ainda estão cursando o ensino superior, curso esse iniciado após atuação nas escolas e pressão externa da Secretária de Educação do Ceará, outro ponto identificado à inexistência de curso público para os professores indígenas do Estado, isso nos faz refletir acerca de algumas questões: realmente essa educação foi pensada pra os indígenas? Esse modelo educativo trás verdadeiramente benéficos para a população? Será que essa educação não uma desculpa para a domesticação e integração dos índios novamente? Essas são questões que resposta ainda não termos, mais que precisam ser feitas pelos os pesquisadores, também as

lideranças indígenas, os Caciques, Pajés como conselho das lideranças que são as cabeças nas mobilizações e reivindicações junto ao estado, que os mesmos pressionem para que faça valer o direito a educação, mais não de qualquer maneira, mais a proposta seja uma educação realmente inovadora e transformadora no ponto de vista das questões indígenas.

## CONCLUSÃO

Conclui-se então a partir dos relatos aqui feitos o quanto é importante à compreensão da problemática da educação indígena no Brasil, primeiramente quero esclarecer que nesse momento não tenho como expressa um conclusão acerca da problemática aqui levantada, em vista que esse projeto está em desenvolvimento atualmente, projeto que surgir a partir da parceria da UNILAB com a instituição de fomenta a pesquisa FUCAPE, no momento podemos descrever uma conclusão parcial que não obrigatoriamente será a mesma no final da pesquisa.

Em seis meses de pesquisa tivemos a oportunidade de nos aproximarmos dessas comunidades e vivenciarmos a realidade que a educação indígena hoje no estado do Ceará, é perceptível a existência de inúmeras contradições de um lado o estado com suas institucionalizações burocráticas que não resolver o problema nem com a criação de leis, por que a mesma é ignorada por quem devia cumpri-la e de outro as contradições dos próprios indígenas que não acreditam na proposta de educação diferenciada, mais por um lado eles têm razão conseguir encontra na escola Ita-Ara sua essência indígena, a forma como a escola é dirigida é semelhante à escola tradicional, talvez por esta se encontrar próxima ao urbano as influencia acabara tornando a escola uma escola normal, mais ao contrario da Francisco Manuel dos Santos, nessa ainda podemos observar bem tímido a tentativa de implantação da escola idealizada para os índios, implantaram um projeto chamado tempo comunidade nesses momentos os alunos não tem aulas na forma convencional mais na comunidade vão aprender da comunidade como os mais velhos, com a natureza e os animais.

Até o presente momento a conclusão que chegamos é que a educação diferenciada ainda está no papel isso partindo da realidade que estudamos nas duas escolas, pois as dificuldades estão em todas em todos os níveis de poderes, governo que não propõe medidas efetivas, as secretárias de educação que não dispõe de recursos suficiente nem meios institucionais para a implantação dessas políticas, sem falar nos professores que lidam com Diretrizes Nacionais para educação indígena sofrendo pressões externas da secretária de educação, porém vivenciam uma realidade totalmente diferente com seus alunos em sala, então entendemos que a proposta de educação diferenciada ainda está longe de concretizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- APARECIDA, Maria Bergamaschi; BRABO, Fernanda Sousa, **Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil**, UFRGS-RS, 2009.
- AUXILIADORA, Maria Moreira dos Santos Schmidt; MARIA, Tânia F. Braga Garcia, **A Formação da Conciência Histórica de Alunos e Professores e o Cotiano em Aulas de História**, UFPR- PA- 2005.
- GALENO, Eduardo, **As Veias Abertas da América Latina**. 16ª. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.
- GOMES, Elenilson dos Santos, **Gestão Escolar um Desafio para as Aldeias**, FAK- Canindé, 2013.
- KENNEDY, Roberto Gomes Franco, **Histórias da educação escolar indígena no Ceará: ancestralidade, interculturalidade e resistência étnica dos Kanindé de Aratuba/CE e dos Pytaguary de Pacatuba/CE**, Projeto de Iniciação Científica aprovado na UNILAB, 2015.
- LE, Jaques Golff, **História e Memória**, 4ª. Ed. São Paulo, Editora UNICAMP, 1996.
- MACHADO Edson de Brito, **Os Karipuna do Amapá e a Educação. Tensões Sociais e Resistência na Fronteira com a Guiana Francesa**, PUC-SP, 2013.
- MACHADO, Edson de Brito, **A Educação Karipuna do Amapá no Contexto da Educação Escolar Indígena Diferenciada na Aldeia do Espírito Santo**. PUC- SP, 2012.
- MACHADO, Edson de Brito, **Da Escola Isolada Mista da Vila do Espírito Santo do Curipi à escola diferenciada entre os Karipuna**; entrelaçando na história da educação escolar indígena, Revista História Hoje- 2011.
- PASCAL, Alain kaly; TERESA, Carmen Gabriel; MOTEIRO, Cinthia de Araujo; FERNANDES, Circe Bittecourt; XAVIE, Giovana; JOSÉ Geovani da Silva; SANTOS, Lorena dos; TEIXEIRA, Patricia Santos; ALBERTI, Verena; COSTA, Warley da. **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas**, UFRJ-RJ, 2013.
- PEREIRA, Claudia Antunes; APARECIDA, Maria Bergamaschi, **Formação de professores indígenas numa perspectiva intercultural**, UFRGS-RS, 2012.